

SUMÁRIO

PARTE I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

1	DIREITO DAS SUCESSÕES NA ORDEM JURÍDICA VIGENTE	21
1.1	fundamentos do direito das sucessões	21
1.2	Direito das sucessões e sua perspectiva constitucional	23
2	ASPECTOS GERAIS SOBRE O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	29
2.1	Perspectivas contemporâneas sobre o planejamento sucessório	29
2.2	Adequação do planejamento à família: existe um instrumento ideal para todos os casos?	33

PARTE II LIMITES AO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

1	RESERVA DA LEGÍTIMA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO...	41
1.1	noções gerais e fundamentos para a legítima	41
1.2	Mitigação da legítima por meio da técnica de derrotabilidade das normas-regras	49
1.3	É necessária uma revisão da legítima no brasil?	51
2	PACTO SUCESSÓRIO (PACTA CORVINA)	55
2.1	Fundamentos para vedação ao pacto sucessório	55

2.2	A possibilidade da renúncia ao direito concorrencial em pacto antenupcial ou contrato de convivência.....	60
-----	---	----

PARTE III

INSTRUMENTOS PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO PATRIMONIAL

1	REGIME DE BENS NAS RELAÇÕES AFETIVAS.....	71
1.1	Disposições gerais.....	71
1.2	Regime de bens na concorrência sucessória do parceiro afetivo com os descendentes.....	74
1.2.1	Comunhão parcial de bens	74
1.2.2	Comunhão universal de bens	79
1.2.3	Separação convencional (total ou absoluta) de bens	81
1.2.4	Separação obrigatória (legal) de bens	84
1.2.5	Participação final nos aquestos.....	87
1.2.6	Fatores a considerar na prática do planejamento sucessório e tabela de resumo da participação do parceiro afetivo com os descendentes.....	89
1.2.7	A possibilidade da criação de regimes de bens atípicos ou mistos.....	91
1.2.8	Papel da modificação de regime de bens no planejamento sucessório.....	94
1.3	Partilha do parceiro afetivo com ascendentes	98
1.4	Vocação exclusiva do parceiro afetivo.....	100
1.5	Regime de bens e direitos sucessórios nas relações afetivas.....	103
2	TESTAMENTO	113
2.1	Linhas gerais sobre o testamento e o respeito à legítima.....	113
2.2	Das formas ordinárias de testamento e suas adequações ao objetivo do planejamento sucessório	119
2.2.1	Testamento público	120
2.2.2	Testamento particular ou hológrafo.....	125
2.2.3	Testamento cerrado, místico ou secreto	133

2.3 Disposições testamentárias permitidas e seu uso no planejamento sucessório.....	136
2.3.1 Disposições gerais	136
2.3.2 Quanto à nomeação de herdeiros.....	138
2.3.3 Quanto à natureza da cláusula testamentária	146
2.3.4 Clausulação de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade.....	150
2.3.5 A estipulação de legados em favor de herdeiros legítimos ou de terceiros.....	158
2.3.5.1 Pressupostos gerais	158
2.3.5.2 Legado de alimentos.....	161
2.3.5.3 Legado em dinheiro.....	164
2.3.5.4 Legado de crédito	164
2.3.5.5 Legado de bens móveis ou imóveis	165
2.3.5.6 Legado de usufruto	168
2.3.5.7 Legado de móveis, roupas e joias de pequeno valor por meio do codicilo.....	169
2.3.6 Conversão dos bens da herança.....	171
2.3.7 Nomeação de curador especial	173
2.3.8 Criação de fundação	176
2.3.9 Nomeação de testamenteiro	179
2.4. Redução das disposições testamentárias	182
2.5 Checklist da realização de planejamento sucessório por meio de testamento.....	184
3 DOAÇÃO	185
3.1 Linhas gerais sobre a doação.....	185
3.2 Restrições legais a doação	188
3.2.1 Doação inoficiosa.....	188
3.2.2 Doação universal e reserva de usufruto.....	194
3.2.3 Doação em favor do(a) concubino(a) e a necessária reflexão da temática frente ao direito de família contemporâneo.....	198
3.3 Possibilidades de doação	202
3.3.1 Doação pura e simples	202

3.3.2	Doação a condição, termo ou encargo	202
3.3.3	Doação com cláusula de reversão.....	206
3.4	Doação para ascendente, descendente e parceiro afetivo	207
3.5	Revogação da doação em razão da indignidade do donatário	213
3.6	<i>Checklist</i> da realização de planejamento sucessório por meio de doação	215
4	PARTILHA EM VIDA	217
4.1	Natureza jurídica da partilha em vida.....	217
4.2	Partilha-doação e partilha-testamento.....	220
4.3	Diferenças entre a doação e a partilha em vida.....	221
4.4	“É uma cilada, bino”: a impertinência do instituto da partilha em vida no instituto do planejamento sucessório	224
5	SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	227
5.1	Disposições gerais.....	227
5.2	Seguro de vida.....	228
5.3	Previdência privada	234
6	HOLDING FAMILIAR	243
6.1	A utilização da <i>holding</i> no planejamento sucessório	244
6.2	A destinação das cotas do sócio quando de seu falecimento	252
6.3	<i>Holding</i> familiar: um mecanismo para atacado ou varejo?.....	256

PARTE IV

INSTRUMENTOS PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO EXISTENCIAL

1	PRESSUPOSTOS GERAIS	261
2	TESTAMENTO VITAL.....	265
3	DELIBERAÇÕES SOBRE O FUNERAL E DESTINAÇÃO DO CADÁVER	271

4	HERANÇA DIGITAL.....	277
5	NOMEAÇÃO DE TUTOR E CURADOR	287

PARTE V
CONTRATAÇÃO E HONORÁRIOS NO
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

1	A COBRANÇA DO ATENDIMENTO INICIAL E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	297
2	PRECIFICAÇÃO DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	301
3	A CONTRATAÇÃO E O AGIR ÉTICO DO PROFISSIONAL DA ADVOCACIA.....	305
	REFERÊNCIAS.....	309